

CARTA À COMUNIDADE

NOVO GOVERNO

VELHAS PRÁTICAS

As conquistas do movimento docente baiano nos últimos anos demonstram a força da categoria mobilizada em defesa da Educação Pública. Ainda assim, muitos são os desafios: o semestre letivo mal começou e já precisamos nos organizar, mobilizar e lutar contra os ataques do Governo Estadual e seu representante: Rui Costa (PT).

Apesar das denúncias sobre as dificuldades pelas quais as Universidades Estaduais da Bahia passariam com a restrição da verba destinada à manutenção, investimento e custeio, a Assembleia Legislativa (AL-BA) aprovou, por unanimidade, o orçamento encaminhado pelo poder executivo. Resultado: quase 19 milhões de redução em dois anos.

Este é um ataque direcionado ao patrimônio do povo baiano. As atividades de ensino, pesquisa e extensão, pilares da universidade, estão prejudicadas com a suspensão de disciplinas por ausência de concurso público para contratação de professores(as), paralisação de obras de infraestrutura (laboratórios e salas de aula), inviabilização das atividades de campo e não aquisição de livros para as bibliotecas. A redução no orçamento também coloca em risco os direitos trabalhistas, pois dificulta a promoção na carreira dos(as) docentes e leva a retenção dos salários dos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as). As minguadas verbas ainda comprometem os serviços básicos que garantem o funcionamento institucional, como a emissão de passagens, o fornecimento de combustível e a telefonia.

Rui Costa, além de ignorar o papel fundamental do ensino superior público estadual para o desenvolvimento político, social e cultural do povo baiano, demonstra seu total alinhamento à política do Governo Federal e aos ditames do capitalismo mundial, encaminhando ações que merecem a adjetivação de “pacote de maldades”.

Na calada da noite, às vésperas do recesso natalino, o governo enviou para a AL-BA o Projeto de Lei 21.024/2014 que coloca fim a integralidade da aposentadoria. Sem discutir com os servidores públicos estaduais, os deputados aprovaram o Regime de Previdência Complementar e a criação do Fundo de Previdência do Estado da Bahia, o PREVBAHIA. Esta medida acaba com a aposentadoria e as pensões integrais, estabelecendo o limite do INSS como teto. A nova lei, 13.222, é uma afronta aos direitos dos trabalhadores e um presente ao capital especulativo financeiro, especialmente os bancos, que controlam os fundos privados de previdência.

Sobre a reposição inflacionária, nenhuma palavra do Governo Rui Costa. Para 2015, o reajuste já deveria ter sido anunciado, considerando que a data-base dos servidores públicos estaduais é de 1º de janeiro. O Movimento Docente faz a denúncia e lembra que Jaques Wagner, por dois anos consecutivos, confiscou por 6 meses parte deste direito trabalhista.

ESSES ATAQUES NÃO FICARÃO SEM RESPOSTA. Os professores e as professoras das quatro universidades estaduais baianas – Uefs, Uesb, Uesc, Uneb – ao passo que desejam boas-vindas ao primeiro semestre letivo de 2015, conclamam a população a lutar **EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E PELA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.**